

UNIVERSIDADE PAULISTA

JULIANA DOS SANTOS SHIKANAI

**PERFIL NEUROPSICOLÓGICO DE CRIANÇAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE
ACOLHIMENTO DO INTERIOR PAULISTA**

RIBEIRÃO PRETO

2024

JULIANA DOS SANTOS SHIKANAI

PERFIL NEUROPSICOLÓGICO DE CRIANÇAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE
ACOLHIMENTO DO INTERIOR PAULISTA

Dissertação apresentada ao programa de
Mestrado Profissional em Práticas
Institucionais em Saúde Mental para a
obtenção do título de Mestre apresentado
à Universidade Paulista – UNIP.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Cristina
Pontes Fernandes.

RIBEIRÃO PRETO

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio, convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial da UNIP
Campus Ribeirão Preto**

S555p Shikanai, Juliana dos Santos
Perfil neuropsicológico de crianças em uma instituição de acolhimento do interior paulista. / Juliana dos Santos Shikanai. --Ribeirão Preto: Universidade Paulista, 2024.

67 f. il.:

Orientadora: Profa. Dra. Angela Cristina Pontes Fernandes
Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado Profissional em Práticas Institucionais em Saúde Mental, Universidade Paulista

1. Acolhimento institucional.
2. Avaliação neuropsicológica.
3. Desenvolvimento infantil.

CDU 616.8:159.9-053.2

Bibliotecária: Tatiane Rosa de Paula. CRB: 8/8919

JULIANA DOS SANTOS SHIKANAI

PERFIL NEUROPSICOLÓGICO DE CRIANÇAS EM UMA INSTITUIÇÃO DE
ACOLHIMENTO DO INTERIOR PAULISTA

Dissertação apresentada ao programa de
Mestrado Profissional em Práticas
Institucionais em Saúde Mental para a
obtenção do título de Mestre apresentado
à Universidade Paulista – UNIP.

Aprovado(a) em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Angela Cristina Pontes Fernandes
Universidade Paulista – UNIP

Profa. Dra. Ana Carolina Ferreira Castanho
Universidade Paulista – UNIP

Profa. Dra. Patrícia Aparecida Zuanetti
Universidade de São Paulo – USP

Dedico este trabalho aos meus filhos, Lucas e Júlia, com toda a minha gratidão, sinto-me honrada em representar a nossa família neste momento tão significativo, que é a materialização do apoio incansável que recebi.

Com todo o meu apreço e um sentimento de orgulho compartilhado, escrevo esta dedicatória, que reflete não apenas o amor e o apoio que recebi, mas também o compromisso com o conhecimento que juntos cultivamos.

AGRADECIMENTOS

Registro nesta página meus sinceros agradecimentos à **Profa. Dra. Angela Cristina Pontes Fernandes**, minha orientadora, que me acompanhou desde o início da minha trajetória como neuropsicóloga até este momento tão significativo da minha formação e na minha carreira acadêmica. Sua orientação foi fundamental para enriquecer minha erudição e formação científica.

À minha família, meus entes queridos **Diomar, Ivone e Altair**, que, mesmo não estando fisicamente presentes, proporcionaram todo o apoio de que precisei. Também às amigas e “mães” **Fernanda e Magali**, agradeço por cuidarem de mim mesmo a distância. Ao meu companheiro, expresse gratidão por ser um pilar de referência e apoio incondicional em minha vida. A força e o alicerce que recebo de vocês são inestimáveis.

Aos meus colegas de mestrado, **Veridiana, Vanessa, Cristiano, Josiane, Fábio e Mariana**, sou grata por compartilharem comigo tanto o espaço acadêmico quanto momentos de vida pessoal ao longo desses dois anos. A amizade que construímos é um tesouro que espero preservar além das fronteiras da nossa formação acadêmica.

Estendo meus agradecimentos aos demais **professores, mestres e doutores** que me orientaram e contribuíram para o meu crescimento intelectual durante esse período. Seu vasto conhecimento foi essencial para o desenvolvimento da minha dissertação de mestrado.

Aos **professores da banca examinadora**, minha gratidão por aceitarem participar deste importante momento de avaliação e debate intelectual. É uma honra contar com a presença e a *expertise* de vocês.

Agradeço a **direção, coordenação, corpo docente e todos os colaboradores da Universidade Paulista – UNIP** por tornarem possível a riqueza e o sucesso deste programa de Mestrado *stricto sensu*.

Agradeço a **todos os participantes** que foram entrevistados e contribuíram significativamente para a viabilidade da minha pesquisa. Sua disposição em compartilhar experiências enriqueceu imensamente meu trabalho e minha formação acadêmica.

O conhecimento que temos hoje sobre o cérebro é relativamente pequeno se o compararmos com o que ainda temos que descobrir e muito grande se o compararmos com o que sabíamos apenas alguns anos atrás.

Alexander Romanovich Luria

Shikanai, J. S. (2024). *Perfil neuropsicológico de crianças em uma instituição de acolhimento do interior paulista* [Dissertação de Mestrado, Universidade Paulista, UNIP].

RESUMO

O caráter disruptivo da situação de violação de direitos na infância repercute no processo de desenvolvimento cognitivo e psicossocial do sujeito acometido, com impacto ao longo de sua vida. Este estudo tem como objetivo investigar o perfil neuropsicológico de crianças em situação de acolhimento institucional, em uma instituição do interior paulista. Trata-se de um estudo transversal, descritivo e com coleta de dados. A amostra, selecionada por conveniência, foi composta por cinco crianças, entre 8 e 12 anos, atendidas pela Associação Bethel Casas Lares, no período de setembro a dezembro de 2023, que passaram por avaliação neuropsicológica. Foram utilizados os instrumentos NEUPSILIN-INF e SSRS. Métodos de estatística descritiva foram utilizados para descrição e organização dos dados obtidos. O tempo de institucionalização dos participantes avaliados variou de 1 a 7 meses, por motivos de: incapacidade parental em exercer o cuidado; abuso de drogas ou problemas mentais; violência e situação de rua. Os resultados obtidos demonstraram preservação de alguns domínios cognitivos (Atenção, Percepção visual, Memória e Linguagem Oral), mas comprometimento de importantes funções como Orientação, Linguagem Escrita e Habilidades Aritméticas. Houve a percepção de um adequado repertório geral de habilidades sociais pelos educadores, mas indicadores de alterações comportamentais externalizantes. Destaca-se a necessidade de um olhar cuidadoso sobre o desenvolvimento cognitivo e comportamental de crianças acolhidas, como forma de garantir a singularidade do atendimento, com vistas ao pleno desenvolvimento dessa população, preservação e fortalecimento dos vínculos familiares, auxílio na desinstitucionalização e no acompanhamento posterior.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional. Avaliação Neuropsicológica. Desenvolvimento Infantil.

Shikanai, J. S. (2024). *Neuropsychological Profile of Children in a Shelter Institution in the Interior of São Paulo* [Master's Dissertation, Paulista University, UNIP].

ABSTRACT

The disruptive nature of rights violations in childhood impacts the cognitive and psychosocial development of the affected individual, with long-term effects throughout their life. This study aims to investigate the neuropsychological profile of children in institutional care in an institution in the interior of São Paulo. It is a cross-sectional, descriptive study with data collection. The sample, selected for convenience, consisted of five children, aged 8 to 12 years, attended by the Associação Bethel Casas Lares institution, from September to December 2023, who underwent neuropsychological evaluation. The NEUPSILIN-INF and SSRS instruments were used for the evaluation. Descriptive statistics methods were used for the description and organization of the data obtained. The institutionalization period of the evaluated participants ranged from 1 to 7 months, for reasons such as parental incapacity or neglect, drug abuse or mental problems, violence, and street situations. The results showed the preservation of some cognitive domains (Attention, Visual Perception, Memory, and Oral Language), but impairment in important functions such as Orientation, Written Language, and Arithmetic Skills. There was a perception of an adequate general repertoire of social skills by educators, but indicators of externalizing behavioral changes were noted. The need for careful attention to the cognitive and behavioral development of sheltered children is highlighted, as a way to ensure the singularity of care, aiming at the full development of this population, preservation and strengthening of family ties, assistance in deinstitutionalization, and subsequent follow-up.

Keywords: Institutional Care. Neuropsychological Evaluation. Child Development.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Fluxograma da composição da amostra de estudo.....	24
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Domínios cognitivos do NEUPSILIN-INF e seus subdomínios	27
Quadro 2 – Perfil sociodemográfico dos participantes	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características sociodemográficas dos participantes	29
Tabela 2 – Classificação do desempenho, por participante, nas funções cognitivas e seus subdomínios.....	32
Tabela 3 – Classificação do repertório de habilidades sociais dos participantes, na percepção dos cuidadores, em termos de percentis	34
Tabela 4 – Classificação do desempenho dos participantes nas escalas de problemas de comportamento, na percepção dos professores.....	35

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA	American Psychiatric Association
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DSM	Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
NEUPSILIN-INF	Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve Infantil
SSRS	Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCC	Terapia cognitivo-comportamental
TCLE	Consentimento Livre e Esclarecido
TEA	Transtorno do espectro autista
TDAH	Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade
UNIP	Universidade Paulista

SUMÁRIO

1	Introdução	15
1.1	O acolhimento institucional	15
1.2	Neuropsicologia e a criança em situação de violação de direitos	17
1.3	Transtornos do neurodesenvolvimento e a avaliação neuropsicológica	20
2	Objetivos	22
2.1	Objetivo geral	22
2.2	Objetivos específicos	22
3	Material e método	23
3.1	Delineamento do estudo e considerações éticas	23
3.2	Seleção da amostra e local da coleta	23
3.2.1	<i>CrITÉRIOS de inclusão</i>	24
3.2.2	<i>CrITÉRIOS de exclusão</i>	24
3.3	Procedimentos de coleta de dados e instrumentos	25
3.3.1	<i>Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve Infantil (NEUPSILIN-INF)</i>	26
3.3.2	<i>Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para Crianças (SSRS)</i>	27
3.4	Análise estatística dos dados	28
4	Resultados	29
4.1	Caracterização da amostra	29
4.2	Desempenho dos participantes por funções cognitivas avaliadas	30
4.3	Percepção dos educadores quanto às habilidades sociais e o comportamento	34
5	Discussão	36
6	Considerações finais	42
	Referências	43
	Apêndices	54
	Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	54
	Apêndice B – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)	57
	Apêndice C – Intenção de Pesquisa	59
	Apêndice D – Termo de Autorização para Pesquisa em Prontuário	60
	Anexos	61
	Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do CEP	61

1 Introdução

O acolhimento institucional é um serviço da Política de Assistência Social que visa acolher crianças e adolescentes sob medida protetiva. Trata-se de uma medida de proteção integral, prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069, 1990), que deve ser utilizada em casos em que direitos da criança ou do adolescente forem ameaçados ou violados. Considerando o caráter disruptivo da violência na infância e sua inegável repercussão no processo de desenvolvimento físico e psíquico do sujeito acometido, com impacto ao longo de sua vida, o presente estudo utiliza como base conceitual a neuropsicologia – área que estuda os mecanismos por meio dos quais eventos ambientais operam sobre o desenvolvimento cognitivo. Parte-se da hipótese de que crianças e adolescentes com histórico de violação de direitos apresentam prejuízo em seu desenvolvimento neurobiológico e cognitivo, inclusive aumento da vulnerabilidade para transtornos do neurodesenvolvimento.

1.1 O acolhimento institucional

O Serviço de Acolhimento Institucional é fundamentado no Art. 101 do ECA, previsto como medida de proteção para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, maus-tratos, abandono, violência física, abuso sexual ou outra situação que viole a garantia de sua proteção e dignidade (Lei nº 8.069, 1990). Representa um componente importante da Política de Assistência Social, tendo como objetivo primordial oferecer um ambiente seguro e acolhedor para aqueles com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, até que possam ser reintegrados à família biológica ou, quando isso não é possível, colocados em uma família substituta (Nunes & Conceição, 2020; Silva, 2004; Silva & Aquino, 2005). Trata-se de uma medida de caráter provisório, a ser aplicada apenas quando já esgotados todos os demais recursos previstos, e que não deve se estender por mais de dois anos (Lei nº 8.069, 1990).

Em seu Art. 98, o ECA prevê que o acolhimento institucional deve ser aplicado sempre que os direitos dessa população forem ameaçados ou violados, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, bem como por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis. No entanto, conforme enfatizado no Art. 100, recomenda-se

privilegiar a manutenção e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Entre as formas de acolhimento previstas pelo ECA, o Art. 101 contempla acolhimento institucional, inclusão em programa de acolhimento familiar e colocação em família substituta (Lei nº 8.069, 1990).

A evolução histórica do acolhimento institucional reflete uma mudança profunda na forma como a sociedade percebe e trata crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Desde o século XX, é crescente o reconhecimento da necessidade de proteger e valorizar os direitos das crianças, marcando uma transição significativa em direção à sua defesa e proteção por meio da formação de direitos básicos específicos para essa faixa etária (Marcílio, 1998).

No Brasil, a legislação evoluiu para garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, especialmente com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, e a subsequente implementação do ECA, em 1990. Esses marcos legais estabeleceram a responsabilidade compartilhada da família, da sociedade e do Estado na garantia desses direitos, sublinhando a importância da proteção integral e do tratamento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos (Machado, 2011; Nunes & Conceição, 2020).

No entanto, apesar do desenvolvimento de uma linha de cuidado para atenção integral à saúde dessa população (Ministério da Saúde, 2010), a violência se mantém crescendo. Dados da pesquisa *Diagnóstico Nacional da Primeira Infância*, produzida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mostraram que, em 2020, mais de 30 mil crianças e adolescentes estavam em situação de acolhimento, predominantemente por negligência, representando 30% dos motivos, seguida por conflitos em ambiente familiar (15%), drogadição de integrantes da família (8%) e orfandade (0,4%) (CNJ, 2022).

Segundo Euzébio Filho e Ramos (2019), a pobreza vigora como o grande fator causador dos acolhimentos em nosso país, possivelmente devido à dificuldade de separar aspectos financeiros das formas de violência cometidas pelas famílias de crianças e adolescentes. Os autores analisam que negligência, omissão e abuso de drogas envolvem a situação pobreza como um fenômeno complexo que contempla não apenas a carência de recursos, mas mazelas humanas e sofrimentos que, ao levar famílias ao limite, podem potencializar situações de violação de direitos.

A despeito de todos os avanços legislativos e progressos na estruturação dos serviços de acolhimento, crianças e adolescentes enfrentam desafios significativos

durante e após a institucionalização (Mastroianni et al., 2018). Tinoco e Franco (2011) destacam que a experiência do acolhimento é frequentemente marcada por sentimentos de luto devido às mudanças, separações e perdas, exigindo um processo de adaptação e a busca por novos significados para as experiências vividas.

A complexidade desses desafios emocionais demonstra a necessidade de abordagens sensíveis e apoio contínuo para facilitar a adaptação e a resiliência. Tinoco e Franco (2011) também sugerem que as vivências anteriores à institucionalização, como histórico de vida e rompimentos, as circunstâncias de abrigamento e o suporte recebido na instituição, influenciam na elaboração dessa experiência, de modo a facilitar ou dificultar o enfrentamento e a adaptação da criança ou do adolescente.

A evidência empírica indica a urgência de atender às necessidades complexas dessas populações vulneráveis. Nesse sentido, estudos apontam para a importância das relações afetivas, do desenvolvimento de habilidades sociais e da integração escolar como elementos fundamentais para o apoio a esses jovens, ressaltando a necessidade de práticas que promovam a saúde mental, o bem-estar emocional e a resiliência (Bonfatti & Granato, 2021; Couto & Rizzini, 2021; Guerra & Del Prette, 2020; Kappler & Mendes, 2019; Moreno & Sudario, 2022; Santos et al., 2022).

A interação entre crianças e adolescentes acolhidos e o ambiente escolar é crucial para sua socialização e desenvolvimento. Pesquisas indicam que a escola pode atuar como um espaço vital de apoio, oferecendo um senso de normalidade e continuidade em suas vidas, além de oportunidades para o desenvolvimento de habilidades sociais e acadêmicas (Moreno & Sudario, 2022).

Vale ressaltar que a literatura também destaca a capacidade de resiliência e adaptação social desses jovens, bem como o potencial de intervenções direcionadas para atenuar alguns dos impactos negativos identificados (Valin & Rocha, 2020).

1.2 Neuropsicologia e a criança em situação de violação de direitos

A neuropsicologia é interdisciplinar, entrelaça neurociências e psicologia e dedica-se a desvendar a complexa relação entre cérebro e comportamento (Ramos & Hamdan, 2016). No âmbito da infância, essa investigação assume especial

relevância quando se trata de crianças em situação de violação de direitos, que vivenciam experiências adversas com potencial para moldar seu desenvolvimento neurocognitivo (Teicher et al., 2016).

A influência do ambiente na organização cerebral é um campo de estudo em constante evolução. Pesquisas demonstram que diferenças individuais no funcionamento cerebral podem ter raízes tanto genéticas quanto na interação entre cérebro, fatores socioculturais e aprendizados ao longo da vida (Teicher et al., 2016).

Um estudo com órfãos romenos evidenciou como o perfil do cuidado pós-natal pode modular as respostas do eixo HPA (hipotálamo-hipófise-adrenal) ao estresse, impactando a plasticidade neuronal e o desenvolvimento de vias dopaminérgicas e comportamentos sociais (Meaney, 2001). A qualidade do cuidado materno nos primeiros meses de vida, por exemplo, está positivamente associada ao aumento das ramificações dendríticas e à neurogênese no hipocampo.

Uma revisão publicada em 2016 sobre as consequências neurobiológicas do abuso e da negligência infantil aponta para alterações hormonais e nos neurotransmissores em decorrência do estresse inerente a essas experiências. Tais alterações podem influenciar processos estruturais do desenvolvimento cerebral, como neurogênese, poda sináptica e mielinização, afetando áreas como hipocampo, amígdala, córtex cerebral e cerebelo (Teicher & Samson, 2016).

Estudos demonstram que os efeitos do abuso e da negligência infantil transcendem a infância, podendo levar a alterações nas funções psicológicas e físicas na vida adulta, aumentando o risco de transtornos psiquiátricos, como depressão, ansiedade e dependência química (Teicher & Samson, 2016). Além disso, com frequência, observa-se diminuição da função cognitiva em populações que sofreram traumas na infância (De Bellis et al., 2009; De Bellis et al., 2013).

Crianças negligenciadas e expostas a maus-tratos apresentam, em média, menor desempenho intelectual, além de déficits específicos em áreas como linguagem, habilidades visuoespaciais, memória verbal, aprendizagem, atenção e funções executivas, o que impacta negativamente seu desempenho acadêmico (De Bellis et al., 2013). Ademais, crianças institucionalizadas frequentemente apresentam baixo escore de controle inibitório, lentidão e menor acurácia no processamento de erros, o que pode levar a comportamentos de baixa autorregulação e controle (Bick & Nelson, 2016). A avaliação do autocontrole, sob diferentes perspectivas, tem demonstrado que dificuldades nessa área podem estar

relacionadas a problemas sociais, como a criminalidade (Moffitt et al., 2011).

Dificuldades e alterações cognitivas em crianças em situação de violação de direitos podem ser atribuídas a diversos fatores, como desorganização do ambiente familiar, cuidado parental inadequado, baixa estimulação ambiental e eventos estressores. Tais experiências geram um efeito cascata que se manifesta ao longo do desenvolvimento e na vida adulta, impactando saúde mental, desempenho acadêmico e inserção social.

A literatura científica destaca a relevância de intervenção precoce no desenvolvimento neurocognitivo de crianças expostas a situações de violação de direitos, evidenciando a necessidade de programas de intervenção psicossocial e educacional, além de políticas públicas voltadas à proteção da infância e ao cuidado integral (Vieira & Honorato, 2023). Essas estratégias são importantes para mitigar os impactos negativos do trauma e fomentar um crescimento saudável (Shonkoff & Garner, 2012).

Intervenções psicossociais direcionadas a crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade demonstraram eficácia, segundo estudos recentes. Abordagens como a terapia cognitivo-comportamental (TCC) têm se mostrado eficientes no alívio de sintomas de ansiedade e depressão, melhorando a regulação emocional e as habilidades de enfrentamento (Thielemann et al., 2022). Além disso, a terapia familiar e de grupo promove a comunicação saudável entre membros da família e apoio mútuo entre os pares, o que destaca a eficácia desse tipo de intervenção na saúde mental infantojuvenil (Travers et al., 2021).

Programas educacionais adaptados às necessidades de crianças afetadas por violações de direitos podem desempenhar um papel significativo no desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais, promovendo resiliência e bem-estar. Ao considerar o contexto específico de trauma e adversidade, essa abordagem facilita um aprendizado mais inclusivo e sensível às experiências vividas pelos alunos, contribuindo para uma educação mais equitativa e eficaz.

Por fim, a implementação de políticas públicas focadas na proteção da infância e no cuidado integral emerge como um elemento fundamental para a prevenção de violações de direitos e seus impactos adversos no desenvolvimento. Programas de prevenção, serviços de proteção à criança e ao adolescente e iniciativas voltadas à promoção da saúde mental são essenciais nesse contexto

(Shonkoff & Garner, 2012). Por meio de esforços multidisciplinares que englobam profissionais da saúde, da educação e do serviço social, é possível atenuar os efeitos do trauma e assegurar o desenvolvimento saudável de jovens em situações de risco.

1.3 Transtornos do neurodesenvolvimento e a avaliação neuropsicológica

Os transtornos do neurodesenvolvimento formam um grupo heterogêneo de condições que se manifestam por atraso ou desvio nas aquisições dos marcos esperados do desenvolvimento e alterações comportamentais. Manifestam-se cedo no desenvolvimento da criança, em geral no período pré-escolar, e são caracterizados por déficits que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional (American Psychiatric Association [APA], 2013).

De acordo com o *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (DSM-5), os transtornos do neurodesenvolvimento englobam: transtorno do desenvolvimento cognitivo (deficiência intelectual), transtorno do espectro autista (TEA), transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH), transtorno específico da aprendizagem, transtornos da comunicação e transtornos motores (APA, 2013; Harris, 2014). O uso de especificadores dos transtornos, de descritores da apresentação clínica, como níveis de gravidade, e do especificador “associado a alguma condição médica ou genética conhecida ou a fator ambiental”, enriquece o diagnóstico e influência no prognóstico e direcionamento adequado durante o acompanhamento. É frequente a ocorrência de mais de um transtorno do neurodesenvolvimento, em apresentações comórbidas (APA, 2013; Harris, 2014).

Há alta prevalência de condições como TEA e TDAH entre populações direcionadas a instituições de acolhimento, reforçando a necessidade de um entendimento profundo dos fatores de risco e mecanismos subjacentes que contribuem para a emergência dessas condições (Song et al., 2021; Thapar et al., 2017). A investigação do funcionamento cognitivo e emocional, bem como do nível de adaptação aos ambientes social e escolar, são fundamentais para a compreensão das manifestações de tais transtornos e para o direcionamento do tratamento mais adequado. Nesse sentido, programas de intervenção precoce centrados no vínculo afetivo surgem como um caminho promissor para o suporte adequado a crianças sob cuidado institucional. Além disso, intervenções específicas para transtornos do neurodesenvolvimento em contextos baixa e média rendas fornecem *insights*

cruciais para o desenvolvimento de abordagens adaptadas e culturalmente sensíveis (Catania et al., 2023).

A Academia Americana de Pediatria sugere a necessidade de uma avaliação abrangente de crianças institucionalizadas e que sofreram maus-tratos, com a utilização de critérios padronizados especificamente para o desenvolvimento do estado de saúde mental e para os modelos de cuidados colaborativos. Nesse contexto, a avaliação neuropsicológica pode se tornar uma ferramenta importante.

Entende-se como exame neuropsicológico o procedimento de investigação e compreensão do funcionamento cognitivo e comportamental, que objetiva identificar alterações cognitivas e comportamentais que possam ter relação com comprometimentos psiquiátricos e/ou neurológicos, subsidiando a elaboração de diagnósticos clínicos e o planejamento de programas de reabilitação (Harvey, 2012). Trata-se de um exame imprescindível para o direcionamento adequado dos casos nas diversas modalidades de atendimento. Sem isso, as dificuldades dos jovens poderão se agravar e evoluir para casos mais graves de transtornos mentais e cognitivos.

Na avaliação neuropsicológica de crianças, algumas particularidades devem ser consideradas, como o processo de maturação biológica e a relação entre cognição, ensino formal, dinâmica familiar e cultura (Miranda, 2006). Quando voltada ao público infantil, a avaliação neuropsicológica auxilia no diagnóstico de transtornos do neurodesenvolvimento (APA, 2014). Entre os instrumentos utilizados para esse fim estão os testes psicométricos, que podem ser definidos, segundo Anastasi e Urbina (2000), como instrumentos sistemáticos de coleta de amostras do comportamento, por meio das quais é possível fazer inferências, de acordo com parâmetros normativos, sobre o funcionamento cognitivo e afetivo.

Considerando o efeito cascata que a violência e a violação de direitos podem causar no desenvolvimento afetivo, cognitivo e comportamental de crianças e adolescentes, faz-se necessária uma compreensão global dessa população em situação de acolhimento. Nesse contexto, visando ao pleno exercício de seus direitos e implementação de um processo de desinstitucionalização eficiente, a avaliação neuropsicológica pode não somente se destacar como uma ferramenta de diagnóstico e tratamento, mas também de promoção da saúde, uma vez que contribui para a detecção e a prevenção de dificuldades que podem ter grande repercussão ao longo da vida do sujeito.

2 Objetivos

2.1 Objetivo geral

Caracterizar o perfil neuropsicológico de crianças em situação de acolhimento institucional, em uma instituição do interior do estado de São Paulo.

2.2 Objetivos específicos

- Descrever o perfil neuropsicológico das crianças em situação de acolhimento institucional.
- Levantar os sinais de risco para o desenvolvimento ou diagnóstico de transtornos do neurodesenvolvimento.
- Identificar as principais habilidades comprometidas, de modo a direcionar tratamentos e programas de reabilitação de maneira eficiente.
- Identificar o comprometimento em habilidades sociais e comportamento, de modo a direcionar intervenções e programas de reabilitação.

3 Material e método

3.1 Delineamento do estudo e considerações éticas

O presente estudo é do tipo transversal e descritivo, com características quantitativas, e tem como objetivo avaliar o perfil neuropsicológico de crianças em situação de acolhimento institucional. Foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Paulista (UNIP), sob parecer nº 5.821.382, em 10 de novembro de 2022, CAAE nº 65367722.6.0000.5512 (Anexo 1), assegurando total conformidade com as diretrizes das Resoluções nº 466, de 12 de dezembro de 2012, e nº 510, de 7 de abril de 2016 (Ministério da Saúde, 2012, 2016).

Todos os participantes foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), em duas vias, ficando uma para o participante e outra para a pesquisadora. Como a amostra é composta por crianças e adolescentes de 6 a 12 anos, o TCLE foi disponibilizado ao responsável institucional (coordenador), e houve ainda a disponibilização do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para os participantes (Apêndice B).

3.2 Seleção da amostra e local da coleta

Participaram do estudo cinco crianças vivenciando o contexto de acolhimento institucional na Associação Bethel Casas Lares, localizada no município de Sorocaba, São Paulo. Trata-se de uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que tem como objetivo acolher crianças e adolescentes, de ambos os sexos, em situação de medida de proteção, por risco pessoal, social e de abandono, cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

A escolha do local deveu-se à sua relevância no atendimento a essa população específica, ao vínculo prévio da autora (estagiária) e à disponibilidade para colaboração no estudo. Inicialmente, foi feita uma primeira pesquisa dos registros dos prontuários para a identificação dos participantes, de acordo com os critérios estabelecidos, conforme descrito a seguir.

3.2.1 Critérios de inclusão

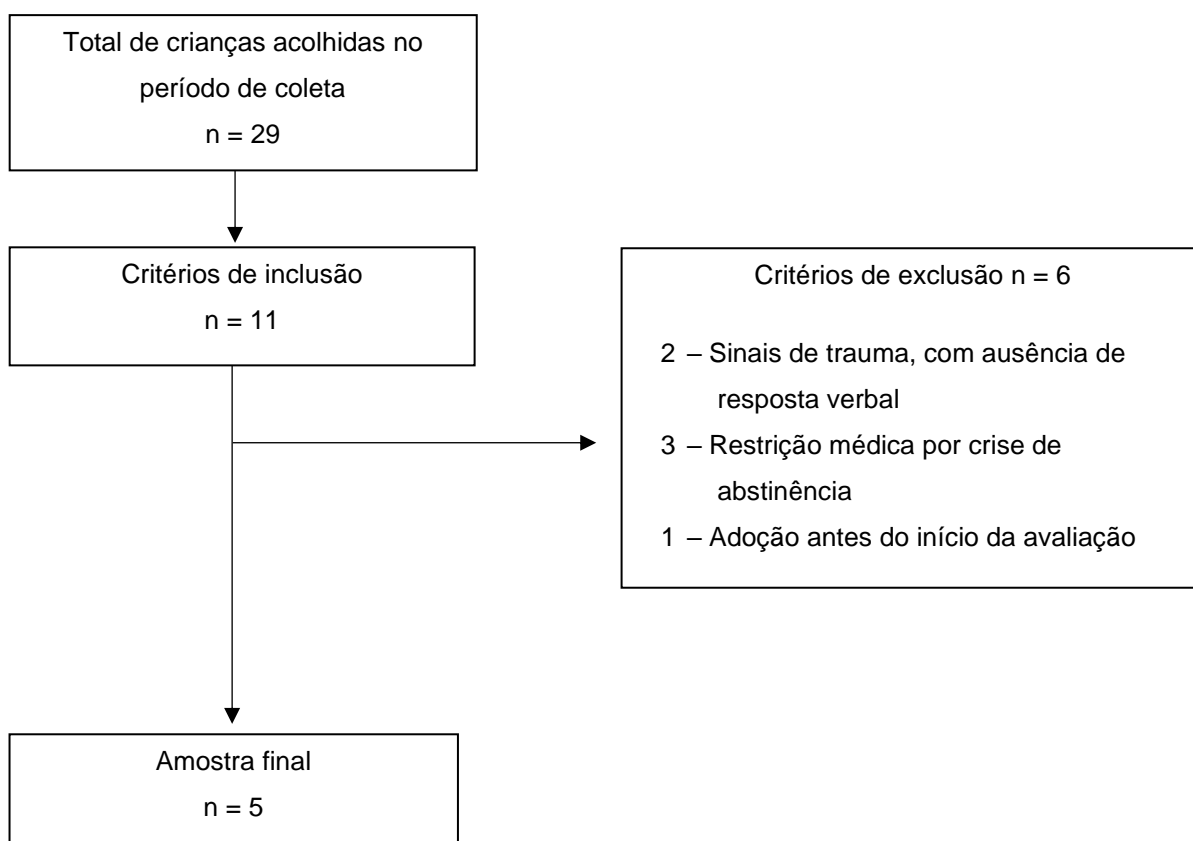
- Crianças de 6 a 12 anos de ambos os sexos.
- Crianças beneficiárias da referida instituição.

3.2.2 Critérios de exclusão

- Crianças fora da faixa etária de 6 a 12 anos.
- crianças com deficiências sensoriais graves (auditiva e/ou visual) ou outra condição que pudesse interferir ou inviabilizar a realização da avaliação.

O processo de seleção da amostra está ilustrado no fluxograma da Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma da composição da amostra de estudo



Fonte: Própria autoria, 2024.

Durante o período da coleta de dados, estiveram acolhidas na instituição 29 crianças e adolescentes. Deste número, 11 crianças foram selecionadas para a composição da amostra, conforme o critério de idade, pois a maioria dos usuários era de adolescentes (acima de 12 anos). Das 11 crianças eletivas, uma foi adotada antes da data agendada para a coleta e outras cinco foram excluídas por condições que inviabilizavam a avaliação: ausência de resposta verbal, em virtude de situações traumáticas, em dois casos; e restrição médica por crise de abstinência de uso de entorpecentes e medicamentos psicoterápicos.

3.3 Procedimentos de coleta de dados e instrumentos

Após anuência do CEP da UNIP (Anexo 1), a pesquisadora contatou a instituição para a obtenção da autorização do responsável e assinatura da carta de Intenção de Pesquisa (Apêndice C) e Termo de Autorização para Pesquisa em Prontuário (Apêndice D).

O processo de coleta de dados ocorreu de setembro a dezembro de 2023, em duas etapas:

- análise dos prontuários das crianças da instituição, para seleção dos participantes (de acordo com os critérios de inclusão e exclusão), coleta de informações de caracterização da amostra, história familiar (número de irmãos, acolhidos e/ou não acolhidos, família nuclear ou reconstituída) e histórico de violação de direitos (tipo de violência sofrida, motivo e tempo de acolhimento);
- processo de avaliação neuropsicológica, para fins de caracterização do perfil neuropsicológico:
 - com a criança – aplicação do Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve Infantil (NEUPSILIN-INF) (Salles et al., 2009), em sessão única de, no máximo, 1 hora;
 - com os professores – emprego do instrumento de autoaplicação Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para Crianças (SSRS), versão para professor (Gresham & Elliott, 2016).

Assim, o responsável institucional pelas crianças (coordenador) assinou, individualmente, o TCLE (Apêndice A), assegurando a participação voluntária e informada. O documento foi providenciado em duas vias, mantendo-se uma cópia com o responsável e outra com a pesquisadora.

Os prontuários dos participantes foram consultados para a obtenção dos dados relevantes, e foram agendadas datas para a realização da avaliação neuropsicológica, em sessão única e individual, sendo selecionados dias e horários apropriados a cada participante, de modo a não incorrer em alterações importantes em sua rotina diária.

No dia e horário combinados, após serem explicados os procedimentos, com a devida adequação de linguagem à condição de entendimento da criança, e assinado o TALE (Apêndice B), as crianças foram avaliadas, individualmente, em sala separada. Em seguida, o responsável institucional recebeu as folhas de resposta do instrumento de avaliação comportamental de cada criança (SSRS) para repassá-las aos respectivos professores. Após serem respondidas, as folhas de respostas foram devolvidas diretamente para a pesquisadora.

Os instrumentos que fizeram parte da avaliação, de modo a caracterizar o perfil neuropsicológico dos participantes do estudo, estão destacados a seguir.

3.3.1 Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve Infantil (NEUPSILIN-INF)

O NEUPSILIN-INF (Salles et al., 2009) avalia componentes de oito domínios cognitivos e seus respectivos subdomínios, por meio de 26 subtestes, conforme descrito no Quadro 1. O instrumento tem por objetivo identificar o perfil de funcionamento de processos neuropsicológicos, visando à descrição cognitiva associada ao auxílio no diagnóstico de transtornos do neurodesenvolvimento em geral e da aprendizagem, em particular, de modo a contribuir não apenas para fins diagnósticos, mas também para o delineamento terapêutico. O instrumento abrange crianças entre 6 e 12 anos e 11 meses, com um tempo de aplicação de 50 minutos, em média.

Na sequência, apresenta-se o Quadro 1, com as funções neuropsicológicas (domínios) e os subdomínios do NEUPSILIN-INF.

Quadro 1 – Domínios cognitivos do NEUPSILIN-INF e seus subdomínios

Domínios cognitivos	Subdomínios
Orientação	
Atenção	Verbal e visual.
Percepção Visual	Constância de forma e objeto; reconhecimento de emoções em face.
Memória	Operacional; episódica-semântica verbal; episódica-semântica visuoverbal; semântica.
Linguagem Oral	Nomeação; consciência fonológica; compreensão oral; processamento inferencial.
Linguagem Escrita	Leitura; compreensão; escrita; escrita espontânea; escrita copiada.
Habilidades Aritméticas	
Habilidades Visuoconstrutivas	
Funções Executivas	Fluência verbal; tarefa <i>go-no-go</i> .

Fonte: Própria autoria, 2024.

A partir das normas apresentadas pelo instrumento, os resultados em pontos brutos são convertidos em *z score*, de acordo com idade, estado (SP e RS) e tipo de escola (particular ou pública), o que permite a classificação do desempenho do examinando.

3.3.2 Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para Crianças (SSRS)

O SSRS é um inventário autoaplicável, com escala Likert, que permite avaliar o repertório de habilidades sociais e indicadores de problemas de comportamento e de competência acadêmica (Gresham & Elliott, 2016). Abrange a população infantil do ensino fundamental (1º ao 5º ano) com idade entre 6 e 13 anos. O instrumento possibilita a coleta e a comparação de informações de três fontes distintas (própria criança, pais e professores). Os aspectos avaliados no questionário dos responsáveis são: 1) habilidades sociais, considerando os fatores empatia, afetividade, responsabilidade, autocontrole, civilidade, cooperação, assertividade e desenvoltura social; e 2) problemas de comportamento, observando-se comportamentos externalizantes, comportamentos internalizantes e hiperatividade.

No presente estudo, foi utilizada apenas a versão para professores. De acordo com a normatização do instrumento, os resultados brutos são convertidos em percentis, de acordo com a idade do examinando.

3.4 Análise estatística dos dados

Todos os dados coletados foram tabulados em planilhas do Excel. Apenas as pesquisadoras tiveram acesso aos dados brutos dos usuários avaliados, cuja identificação foi substituída por números no momento da tabulação dos dados.

Foram realizadas análises descritivas para obtenção das medidas de tendência central (média e mediana) das variáveis numéricas. Além disso, foram calculadas as frequências absolutas e porcentagens das variáveis categóricas.

Em termos de quantificação dos desempenhos nos instrumentos, adotou-se a interpretação do z score para o NEUPSILIN-INF, segundo Guilmette et al. (2020), e a interpretação dos percentis do SSRS, de acordo com o manual (Gresham & Elliott, 2016).

4 Resultados

4.1 Caracterização da amostra

O Quadro 2 apresenta os dados sociodemográficos individuais de cada criança.

Quadro 2 – Perfil sociodemográfico dos participantes

	Gênero	Idade	Ano escolar	Filiação	Motivo do acolhimento	Data de acolhimento
1	Feminino	8 anos	2º ano	Mãe falecida Pai	Entregue na instituição pelo pai após o falecimento da mãe. Gemelar de 2.	4/2023
2	Masculino	8 anos	2º ano	Mãe falecida Pai	Entregue na instituição pelo pai após o falecimento da mãe. Gemelar de 1.	4/2023
3	Feminino	10 anos	4º ano	Mãe Pai	Transferida de outra casa de acolhimento. Pais considerados incapazes de guarda, por problemas mentais e abuso de drogas.	3/2023
4	Masculino	11 anos	4º ano	Sem informação	Situação de rua. Reinstitucionalizações.	9/2023
5	Masculino	12 anos	5º ano	Mãe Pai não consta	Acolhido, via Conselho Tutelar, por violências física e psicológica.	7/2023

Fonte: Própria autoria, 2024.

A Tabela 1 resume as características sociodemográficas agregadas dos participantes do estudo.

Tabela 1 – Características sociodemográficas dos participantes

Características sociodemográficas	Total de crianças	
	n = 5	100%
Sexo		
Masculino	3	60
Feminino	2	40
Idade na avaliação	9,8 ^a	8 – 12 ^{bc}
Escolaridade		
2º ano	2	40
4º ano	2	40
5º ano	1	20

Nota: a = média; b = valores expressos em anos; c = idades mínima e máxima.

Fonte: Própria autoria, 2024.

A porcentagem de crianças do sexo masculino foi de 60% (n = 3), sendo duas participantes do sexo feminino. A média de idade no momento da avaliação foi de 9,8 anos, e as idades mínima e máxima foram 8 e 12 anos. No que se refere à escolaridade, dois participantes (40%) estavam no 2º ano do ensino fundamental, ambos com 8 anos; outros dois (40%), de 10 e 11 anos, estavam no 4º ano; e um único participante, de 12 anos, estava no 5º ano (20%). Pode-se observar que todas as crianças estão atrasadas, um ano ou mais, em sua escolaridade. Por ausência de informações nos prontuários da instituição, não foi possível constatar se tal atraso ocorreu por reprovação ou evasão escolar.

Sobre o perfil dos participantes, verifica-se, conforme o Quadro 2, que o tempo de internação até o momento da avaliação variou, aproximadamente, entre 1 e 7 meses. Uma criança, de maior tempo de acolhimento (participante 3), havia sido transferida de outra instituição, mas não constavam dados do tempo total de institucionalização. Outras duas crianças, gêmeas (participantes 1 e 2), vivenciavam o processo de luto pela perda da mãe, tendo sido essa perda o motivo alegado pelo pai para a institucionalização dos filhos. As outras duas crianças tinham menos tempo na instituição (participantes 4 e 5), contudo, uma delas tinha passagens anteriores em virtude da vivência em situação de rua.

4.2 Desempenho dos participantes por funções cognitivas avaliadas

O NEUPSILIN-INF (Salles et al., 2009) traça o perfil neuropsicológico do examinando por meio da mensuração de oito domínios cognitivos (Orientação, Atenção, Percepção Visual, Memória, Linguagem, Habilidades Visuoespaciais, Habilidades Aritméticas e Funções Executivas), os quais, por sua vez, são compostos por subdomínios, conforme o Quadro 1.

Para uma compreensão mais abrangente dos dados deste estudo, foi considerado o desempenho dos participantes nos domínios cognitivos e subdomínios avaliados pelo instrumento. Optou-se por subdividir o domínio Linguagem em dois – Oral e Escrita –, de forma a detalhar os diferentes processos envolvidos em cada um deles.

Em termos de normatização, o escore quantitativo do instrumento é dado em *z score*, ou seja, uma medida que expressa a posição do escore bruto do participante em relação a uma média, medida em unidades de desvio padrão (média

= 0; desvio padrão = 1).

Os dados dos participantes, por domínios e subdomínios, estão distribuídos na Tabela 2. Para fins de interpretação e classificação, considerou-se como **desempenho alterado** as classificações “média inferior” e “inferior à média”, ou seja, o desempenho classificado como igual ou abaixo do limite inferior à média.

Tabela 2 – Classificação do desempenho, por participante, nas funções cognitivas e seus subdomínios

Funções	Classificação*				
	Média/acima da média		Média inferior		Inferior à média
	Participante 1	Participante 2	Participante 3	Participante 4	Participante 5
Orientação					
Atenção					
Percepção Visual					
Memória					
Operacional					
Episódico-Semântica Verbal					
Episódico-Semântica Visuoverbal					
Semântica					
Linguagem Oral					
Nomeação					
Consciência Fonológica					
Compreensão Oral					
Processamento Inferencial					
Linguagem Escrita					
Leitura					
Compreensão Escrita					
Escrita (ditado)					
Escrita Espontânea					
Cópia					
Habilidades Visuoespaciais					
Habilidades Aritméticas					
Fluência Verbal					
Go-no-go					

Nota: *Como desempenho alterado, foram consideradas as classificações média inferior e inferior à média.

Fonte: Própria autoria, 2024.

De acordo com a Tabela 2, é possível observar que, considerando as funções gerais, ou domínios avaliados, quatro estiveram preservadas: Atenção, Percepção Visual, Memória e Linguagem Oral. No entanto, em uma análise por subdomínios, verifica-se que as funções de Memória e Linguagem Oral apresentaram algumas habilidades comprometidas.

Nesse sentido, considerando a Memória, os dados sugerem comprometimento de 80% (n = 4) dos participantes na habilidade de memória semântica, e de 60% (n = 3) no que concerne a memória episódico-semântica visuoverbal. Com relação à linguagem oral, 40% (n = 2) dos participantes obtiveram desempenho inferior à média quanto ao subdomínio nomeação, e também 40% deles (n = 2) obtiveram desempenho no limite inferior à média quanto ao processamento inferencial.

Os domínios mais prejudicados, ou seja, comprometidos, na maioria dos participantes foram Orientação, Linguagem Escrita e Habilidades Aritméticas, conforme é possível constatar na Tabela 2. Observa-se que a maioria das crianças da amostra, ou seja, 80% (n = 4), demonstrou comprometimento no desenvolvimento das capacidades de consciência quanto a noções de tempo e espaço (Orientação) e Habilidades Aritméticas.

No instrumento, o domínio Linguagem Escrita é subdividido nas habilidades de leitura, compreensão escrita, escrita de palavras/pseudopalavras (ditado), escrita espontânea e cópia. Os dados sugerem que todos esses subdomínios indicaram algum comprometimento entre os participantes. A leitura e escrita espontânea estiveram comprometidas em 60% (n = 3) dos participantes; ditado, compreensão escrita e cópia se mostraram prejudicados em 20% (n = 1) dos participantes.

Os dados de desempenho dos participantes revelaram, segundo a Tabela 2, que os domínios Habilidades Visuoconstrutivas e Funções Executivas (fluência verbal e *go-no-go*) demonstraram menor prejuízo; ambos comprometidos em um único participante (20%).

Considerando o desempenho de cada participante (Tabela 2) e o perfil sociodemográfico (Quadro 2), observa-se que o participante 5, apesar da situação de atraso na série escolar, obteve melhor desempenho, com preservação de todas as funções. Já o participante 4, que vive em situação de rua, com algumas passagens pela instituição, obteve o desempenho mais prejudicado.

4.3 Percepção dos educadores quanto às habilidades sociais e o comportamento

O SSRS auxilia no rastreamento de problemas de ajustamento psicossocial por meio do repertório de habilidades sociais, comportamento e competências acadêmicas (Gresham & Elliot, 2016). A Tabela 3 apresenta os dados dos participantes a partir da percepção dos professores.

Tabela 3 – Classificação do repertório de habilidades sociais dos participantes, na percepção dos cuidadores, em termos de percentis

Habilidades sociais	Classificação*				
	Média/acima da média	Média inferior	Inferior à média		
Fatores	Participantes				
	1	2	3	4	5
Total geral					
Responsabilidade					
Autocontrole					
Assertividade/Desenvoltura Social					
Cooperação/Afetividade					

Nota: *Na interpretação dos resultados, quanto maior a classificação, mais elaborado o desempenho. Como desempenho alterado, foram consideradas as classificações média inferior e inferior à média.

Fonte: Própria autoria, 2024.

De acordo com a Tabela 3, o total geral relativo ao repertório de habilidades sociais dos participantes, na percepção dos professores, se mostrou predominantemente dentro da média esperada ou acima (60%, n = 3). Considerando os quatro fatores abarcados pelo instrumento, a maioria dos participantes obteve escores classificados entre a faixa média ou acima.

Os dados sobre o comportamento dos participantes, na percepção dos cuidadores, estão descritos na Tabela 4, na sequência.

Tabela 4 – Classificação do desempenho dos participantes nas escalas de problemas de comportamento, na percepção dos professores

Problemas de comportamento	Classificação*				
	Acima da média	Média superior	Média/inferior à média		
Fatores	Participantes				
	1	2	3	4	5
Total geral					
Externalizantes					
Hiperatividade					
Internalizantes					

Nota: *Na interpretação dos resultados, quanto maior a classificação, mais alto o índice de problemas de comportamento. Como desempenho alterado, foram consideradas as classificações acima da média e média superior.

Fonte: Própria autoria, 2024.

Levando em consideração o total geral da escala de problemas de comportamento, o desempenho dos participantes foi considerado, em sua maioria, dentro ou abaixo da média esperada, ou seja, 60% dos participantes (n = 3) foi considerado como tendo um repertório mediano ou baixo para problemas de comportamento. O fator de manifestações comportamentais externalizantes (agressividade, coerção e oposição) se destacou como o mais prejudicado da amostra, estando alterado em 60% (n = 3) dos participantes. Os fatores de manifestações internalizantes (ansiedade, depressão e isolamento social) e hiperatividade se mostraram alterados em 40% dos participantes (n = 2).

Vale ressaltar que os dois participantes que foram avaliados com um repertório geral de habilidades sociais prejudicado (participantes 3 e 4), conforme descrito na Tabela 3, foram os mesmos com alto escore geral em problemas de comportamento, com alterações nos três fatores comportamentais avaliados. Comparando com o perfil sociodemográfico (Quadro 2), um deles estava na instituição após transferência de outra instituição, por motivo de problemas mentais dos pais e abuso de drogas, e o outro vivia em situação de rua, com histórico de reinstitucionalizações.

5 Discussão

O presente estudo teve por objetivo caracterizar o perfil neuropsicológico de crianças acolhidas em uma instituição do interior paulista, visando à promoção de um acompanhamento individualizado, estimulação e/ou reabilitação. Para tanto, optou-se pela utilização do NEUPSILIN-INF (Salles et al., 2009), que é tido como uma ferramenta padronizada importante na descrição do funcionamento neuropsicológico de crianças e adolescentes e na diferenciação de grupos clínicos (Miranda et al., 2018; Zamo & Salles, 2013). Também foi utilizado o SSRS (Gresham & Elliot, 2016) para a avaliação do repertório de habilidades sociais e indicadores de problemas comportamentais (Bandeira et al., 2009; Freitas & Del Prette, 2010; Gresham & Elliot, 1990).

A descrição feita a partir da categorização do desempenho dos participantes nos instrumentos aplicados, associada à sistematização de características sociodemográficas obtidas, possibilitou traçar um perfil neuropsicológico e obter maior compreensão sobre seu funcionamento cognitivo. Em termos de caracterização, houve uma leve diferença com relação ao sexo dos participantes – sendo três meninos e duas meninas. A faixa média de idade foi de 9,8 anos, em um intervalo de 8 a 12 anos. Foi possível observar que todos os participantes estavam atrasados, pelo menos um ano, em sua escolaridade.

Sabe-se que a escola tem um papel importante quanto ao desenvolvimento cognitivo e social de crianças e adolescentes, mas que crianças em situação de vulnerabilidade podem deixar de frequentar ou ter uma frequência assistemática em instituições de ensino. Em seu estudo, Euzébios Filho e Ramos (2019) revelaram que 52% dos acolhimentos estão ligados à situação de pobreza familiar (carência de recursos materiais, abandono, vivência de rua, exploração do trabalho), o que pode impactar, entre outros aspectos, a frequência escolar.

Os resultados apontaram que apenas dois domínios cognitivos estiveram totalmente preservados entre os participantes, ou seja, sem alterações no escore geral e nos subdomínios, a saber: Atenção e Percepção Visual. Os domínios Memória e Linguagem Oral estiveram preservados em sua totalidade, mas indicaram comprometimento em alguns subdomínios: memórias semântica e episódico-semântica visuoverbal, nomeação e processamento inferencial, referentes à Linguagem Oral.

Os demais domínios cognitivos estiveram comprometidos em algum grau. São eles: Orientação, Linguagem Escrita, Habilidades Visuoespaciais, Habilidades Aritméticas e Funções Executivas. Corroborando estes achados, Pires e Simão (2017), em um estudo de comparação entre crianças com e sem dificuldades de aprendizagem, avaliadas pelo NEUPSILIN-INF, encontraram comprometimento nos mesmos domínios, acrescidos pela Memória.

Os domínios cognitivos mais prejudicados entre os participantes foram Orientação, Habilidades Aritméticas e Linguagem Escrita – com ênfase neste último, que esteve comprometido em todos os seus subdomínios, sendo a Leitura e a Escrita Espontânea os mais prejudicados. Corroborando estes resultados sobre a Linguagem Escrita, Pires e Simão (2017) encontraram uma frequência maior de alterações do grupo clínico (com dificuldades de aprendizagem) nas tarefas de Linguagem (Oral e Escrita). Nessa mesma vertente, Zamo e Salles (2013), em seu estudo sobre o perfil neuropsicológico de crianças com dificuldades de leitura, também avaliadas com o NEUPSILIN-INF, constataram que os subtestes mais sensíveis foram os que avaliam consciência fonológica e linguagem escrita. Vale ressaltar que as dificuldades nos processos de alfabetização, em nosso país, são atualmente consideradas um problema nacional, e não relacionadas apenas a grupos específicos de crianças e adolescentes (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023).

Sabe-se que os fatores etiológicos ligados às dificuldades de leitura envolvem neurobiologia, ambiente, aspectos comportamentais e psicossociais (Joshi & Aaron, 2012). Uma vez que os circuitos cerebrais relacionados à leitura são forjados pela experiência, as situações de vulnerabilidade física, mental e social vivenciadas pelos participantes deste estudo se mostram como um fator de risco para a adequada aquisição dessa competência.

Ainda no que diz respeito à leitura, estudos apontam que sua aquisição está relacionada ao desenvolvimento dos processos fonológicos (Fletcher, 2009; Salles & Rodrigues, 2014). No presente trabalho, as habilidades de Consciência Fonológica, tidas como prenúncio da competência em leitura, estiveram preservadas em todas as crianças. Pode-se considerar a possibilidade de que o caráter de triagem do instrumento, associado à amostra pouco numerosa, possa ter contribuído para a não detecção de alterações nessas habilidades, a despeito dos prejuízos identificados nas tarefas de leitura.

Diversos autores discorrem sobre a grande influência da habilidade de memória operacional nos processos de aprendizagem (Baddeley et al., 2011; Tabaquim & Rodrigues, 2015). Problemas nessa função podem intensificar os efeitos das dificuldades de aprendizagem subsequentes, como problemas de leitura, escrita e matemática. Ainda, déficits nessa função mnêmica são preditores de transtornos de neurodesenvolvimento, como TDAH ou transtornos específicos de aprendizagem (Santos et al., 2019). No entanto, os participantes do presente estudo não apresentaram comprometimento nas habilidades de memória operacional, o que pode estar relacionado à pequena amostra e ao caráter de triagem do instrumento.

As Habilidades Aritméticas também se mostraram bastante comprometidas entre os participantes, assim como a Linguagem Escrita. De Freitas et al. (2010), em um estudo com 1.431 alunos entre o 2º e o 7º ano de escolas públicas e privadas de municípios do estado de Minas Gerais, concluíram pela relação entre habilidades cognitivas linguísticas e aritméticas, mais especificamente, que há semelhança entre componentes cognitivos da habilidade de transcodificação numérica e da decodificação grafo-fonêmica.

Considerando que a aprendizagem da matemática é influenciada por diversos fatores, incluindo cognição, metodologias de ensino, características socioeconômicas e afetivas, o contexto de violação de direitos, vivenciado pela amostra deste estudo, pode funcionar como uma variável interveniente para o prejuízo no desempenho dos participantes (Oliveira et al., 2015).

A Orientação, ou seja, a capacidade do indivíduo de ter consciência sobre a situação real e atual em que se encontra, permite a organização de seu comportamento de acordo com as experiências passadas e em direção a metas futuras, demandando o funcionamento integrado das funções atencionais, perceptivas e de memória (Salles et al., 2009). Tal como no presente estudo, Pires e Simão (2017) encontraram que o subtteste Orientação se mostrou significativo na diferenciação de crianças com e sem problemas de aprendizagem.

Já as Habilidades Visuoconstrutivas referem-se à capacidade de manejar estímulos físicos, ou parte deles, de maneira organizada, de modo a formar um produto final (Salles et al., 2009). Tais habilidades têm sido relacionadas a desempenho escolar, capacidade de leitura e funcionamento socioemocional em crianças (Piccolo & Segabinazi, 2017). Neste estudo, a capacidade visuoconstrutiva se mostrou menos prejudicada entre os participantes.

Funções executivas são tidas como um domínio cognitivo geralmente prejudicado em populações infantis vulneráveis (Bridi Filho et al., 2018). No NEUPSILIN-INF, as provas de controle executivo envolvem linguagem e memória por meio do acesso lexical (fluência verbal) e processos inibitórios com regras impostas pelo examinador (tarefa *go-no-go*). No presente estudo, a Função Executiva se mostrou deficitária em apenas um participante.

É importante ressaltar que, apesar do grande número de habilidades cognitivas preservadas entre os participantes, o processo de composição da amostra mostrou que, além do critério de idade, algumas crianças foram excluídas em virtude de problemas comportamentais, decorrentes das adversidades enfrentadas nos contextos familiar, econômico e social. Nesse sentido, considera-se que o perfil de habilidades caracterizado neste estudo reflete o desempenho de uma amostra mais preservada de crianças acolhidas, o que não descarta a existência de um grupo de maior dificuldade cognitiva e, assim, de risco para transtornos do neurodesenvolvimento, que acabou não sendo avaliado.

Considerando as informações sobre o desempenho cognitivo individual (Tabela 2) e o perfil sociodemográfico (Quadro 2) dos participantes, verifica-se que todas as crianças realizaram a avaliação neuropsicológica com, no máximo, sete meses de institucionalização e, no mínimo, um mês. Isso resulta na compreensão de que os dados aqui obtidos parecem estar relacionados, sobretudo, às experiências adversas enfrentadas antes da vivência de acolhimento.

A partir de um olhar individualizado, foi possível constatar que o participante 4, com histórico de vivência de rua e reinstitucionalizações, apresentou maior comprometimento cognitivo, avaliação de baixo repertório de habilidades sociais e indicadores de problemas comportamentais. Pode-se refletir, nesse caso, sobre a carência de políticas públicas para famílias economicamente vulneráveis, implicando no fracasso da desinstitucionalização. Em seu estudo sobre motivos para a reinstitucionalização, Paiva et al. (2019) encontraram a situação de rua como um dos principais, totalizando 29,6% das guias pesquisadas; além de negligência (35,8%), abandono dos pais/responsáveis (32,1%) e dependência química (29,6%).

Dados da literatura destacam a relação da pobreza com os motivos de acolhimento de crianças e adolescentes, bem como com reinstitucionalizações (Euzébios Filho & Ramos, 2019; Paiva et al., 2019). Em seu estudo sobre a análise dos motivos para o acolhimento registrados pelo Serviço de Acolhimento Institucional

de Crianças e Adolescentes (SAICA), Euzébios Filho e Ramos (2019) constataram que a pobreza vigora como o grande fator causador dos acolhimentos (carência de recursos materiais da família com 24,1%; abandono de pais ou responsáveis com 18,8%; e vivência de rua com 7%), o que viola o direito dessas crianças à convivência familiar e comunitária proposto pelo ECA (Lei nº 8.069, 1990). A partir dessa consideração, pode-se depreender que três dos cinco participantes tiveram seus acolhimentos motivados pela condição de pobreza, na qual se inserem os fatores relacionados à incapacidade dos pais em exercer o cuidado por abuso de drogas e problemas mentais, bem como a violência e a vivência de situação de rua por parte da criança.

O perfil neuropsicológico dos participantes desta pesquisa atesta os resultados de estudos que apontam o NEUPSILIN-INF como um instrumento capaz de diferenciar crianças com dificuldades de aprendizagem ou de risco para quadros de transtornos do neurodesenvolvimento, além de contribuir com um planejamento terapêutico com base na hierarquização dos comprometimentos, dos mais leves ao mais graves (Miranda et al., 2018; Pires & Simão, 2017; Zamo & Salles, 2013). Considera-se que, por suas qualidades psicométricas, facilidade e rapidez de aplicação, o instrumento pode ser utilizado como um importante auxílio na elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), visando à reintegração familiar ou à inserção em família substituta.

Os resultados deste estudo apontam para a necessidade de um olhar cuidadoso sobre o desenvolvimento cognitivo e comportamental de crianças acolhidas, como forma de garantir uma compreensão individualizada, com vistas a um efetivo processo de desinstitucionalização e no posterior acompanhamento à família de origem ou substituta. Trata-se de buscar intervenções direcionadas às dificuldades já instaladas, mas também como forma de prevenção de prejuízos futuros e duradouros, a fim de fortalecer habilidades, aptidões e competências. Nesse contexto, a avaliação psicológica é uma importante ferramenta.

Uma vez que a educação, o fortalecimento da autonomia e a profissionalização são direitos da criança e do adolescente garantidos pelo ECA (Lei nº 8.069, 1990), sugere-se que, além das condições básicas de vida e saúde, haja a implementação de programas de intervenção que foquem na estimulação de habilidades cognitivas primárias, como orientação no tempo e no espaço, processamento fonológico e funções executivas. No âmbito comportamental, as intervenções deveriam também incluir treinamentos de autorregulação e manejo de comportamentos externalizantes,

que impactam negativamente o ajuste psicossocial de crianças acolhidas.

Este estudo apresentou algumas limitações, como o tamanho reduzido da amostra, decorrente da baixa rotatividade de crianças na faixa etária pesquisada, e a ocorrência de situações que inviabilizaram a avaliação de participantes elegíveis, o que restringiu o alcance das conclusões. Acrescido a isso, a carência de informações sociodemográficas sobre os participantes impossibilitou o estabelecimento de relações entre o perfil de habilidades e variáveis relacionadas à caracterização dos participantes e ao histórico familiar e de violação de direitos.

6 Considerações finais

O presente estudo teve como principal objetivo caracterizar o perfil neuropsicológico de crianças em situação de acolhimento institucional, descrevendo suas capacidades e dificuldades cognitivas e identificando possíveis fatores de risco para transtornos do neurodesenvolvimento. Os resultados obtidos por meio da aplicação dos instrumentos NEUPSILIN-INF e SSRS demonstraram que, embora alguns domínios cognitivos se mantivessem preservados (Atenção, Percepção Visual, Memória e Linguagem Oral), houve o comprometimento de importantes funções, como Orientação, Linguagem Escrita e Habilidades Aritméticas. Tais resultados indicam que os objetivos iniciais do estudo foram atingidos, permitindo maior compreensão do perfil de recursos e dificuldades desse grupo específico de crianças e, conseqüentemente, dos desafios a serem enfrentados, considerando uma perspectiva de cuidado e acompanhamento global.

Considera-se que o perfil neuropsicológico mais preservado dos participantes não descarta a existência de um grupo de crianças na instituição em situação de maior vulnerabilidade cognitiva, afetiva e comportamental, e que, justamente por essas implicações, não puderam ser avaliadas. Foi possível observar que os motivos de acolhimento da maior parte dos participantes se mostraram associados à situação de carência de recursos financeiros por parte das famílias.

Constatou-se, ainda, que o tamanho relativamente pequeno da amostra e o foco em uma única instituição de acolhimento se mostraram como limitações da pesquisa para uma compreensão mais abrangente do objeto investigado.

Do ponto de vista neurodesenvolvimental e comportamental, este estudo proporcionou uma contribuição para o entendimento das complexidades enfrentadas por crianças em acolhimento institucional. Destaca-se a importância da avaliação e da compreensão do perfil neuropsicológico como mais um apoio necessário ao cuidado integral dessa população.

Referências

- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed.). American Psychiatric Association.
- American Psychiatric Association. (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 (5ª ed.). Artmed.
- Anastasi, A., & Urbina, S. (2000). *Testagem psicológica* (7ª ed.). Artmed.
- Baddeley, A., Anderson, M. C., & Eysenck, M. W. (2011). *Memória*. Artmed.
- Bandeira, M., Del Prette, Z. A. P., Del Prette, A., & Magalhães, T. (2009). Validação das escalas de habilidades sociais, comportamentos problemáticos e competência acadêmica (SSRS-BR) no ensino fundamental. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 271-282. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000200016>
- Bick, J., & Nelson, C. A. (2016). Early adverse experiences and the developing brain. *Neuropsychopharmacology*: 41(1), 177-196. <https://doi.org/10.1038/npp.2015.252>
- Bonfatti, S. C., & Granato, T. M. M. (2021). “É muito peso para uma pessoa só”: narrativas interativas de adolescentes sobre o (des)acolhimento institucional. *Vínculo*, 18(1), 32-41. <https://doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p37-52>

- Bridi Filho, C. A., Bridi, F. R. S., & Tavares, L. R. G. (2018). Abuso e negligência na infância: efeitos neurobiológicos e na aprendizagem. In N. T. Rotta, C. A. Bridi Filho, & F. R. S. Bridi (Orgs.), *Plasticidade cerebral e aprendizagem: abordagem multidisciplinar* (pp. 182-195). Artmed.
- Catania, F., Spitale, M., & Garzotto, F. (2023). Conversational agents in therapeutic interventions for neurodevelopmental disorders: a survey. *ACM Computing Surveys*, 55(10), 1-34. <https://doi.org/10.1145/3564269>
- Conselho Nacional de Justiça. (2022). *Unidades de acolhimento e famílias acolhedoras*. Conselho Nacional de Justiça. <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/eixo4-primeira-infancia.pdf>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Couto, R. M. B., & Rizzini, I. (2021). Acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de rua: pesquisa e políticas públicas. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 20(1), e39173. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.39173>
- De Bellis, M. D., Woolley, D. P., & Hooper, S. R. (2013). Neuropsychological findings in pediatric maltreatment: relationship of PTSD, dissociative symptoms, and abuse/neglect indices to neurocognitive outcomes. *Child Maltreatment*, 18(3), 171-183. <https://doi.org/10.1177/1077559513497420>

De Bellis, M. D., Hooper, S. R., Spratt, E. G., & Woolley, D. P. (2009).

Neuropsychological findings in childhood neglect and their relationships to pediatric PTSD. *Journal of the International Neuropsychological Society*, 15(6), 868-878. <https://doi.org/10.1017/S1355617709990464>

De Freitas, N. L., Ferreira, F. O., & Haase, V. G. (2010). Linguagem e matemática: estudo sobre relações entre habilidades cognitivas linguísticas e aritméticas. *Ciências & Cognição*, 15(3), 111-125.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212010000300011&lng=pt&tlng=pt

Euzébios Filho, A., & Ramos, R. (2019). A problemática da pobreza nos acolhimentos realizados nos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes e os desafios para a atuação do psicólogo.

Psicologia em Revista, 25(2), 759-773. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p759-773>

Fletcher, J. M. (2009). Dyslexia: the evolution of a scientific concept. *Journal of the International Neuropsychological Society*, 15(4), 501-508.

<https://doi.org/10.1017/S1355617709090900>

Freitas, L. C., & Del Prette, Z. A. P. (2010). Validade de critério do Sistema de Avaliação de Habilidades Sociais (SSRS-BR). *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 430-439. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000300003>

Gresham, F. M., & Elliott, S. N. (1990). *Social Skills Rating System: Manual*. American Guidance Service.

Gresham, F. M., & Elliott, S. N. (2016). *Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para Crianças – SSRS: manual técnico*. Pearson.

Guerra, L. L. L., & Del Prette, Z. A. P. (2020). Habilidades sociais e problemas de comportamento de crianças sob acolhimento institucional. *Psico-USF*, 25(2), 273-284. <https://doi.org/10.1590/1413-82712020250206>

Guilmette, T. J., Sweet, J. J., Hebben, N., Koltai, D., Mahone, E. M., Spiegler, B. J., Stucky, K., & Westerveld, M. (2020). American Academy of Clinical Neuropsychology consensus conference statement on uniform labeling of performance test scores. *The Clinical Neuropsychologist*, 34(3), 437-453. <https://doi.org/10.1080/13854046.2020.1722244>

Harris, J. C. (2014). New classification for neurodevelopmental disorders in DSM-5. *Current Opinion in Psychiatry*, 27(2), 95-97. <https://doi.org/10.1097/YCO.0000000000000042>

Harvey, P. D. (2012). Clinical applications of neuropsychological assessment. *Dialogues in Clinical Neuroscience*, 14(1), 91-99. <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.31887/DCNS.2012.14.1/pharvey>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2023). *Relatório da Pesquisa Alfabetiza Brasil: Diretrizes para uma Política Nacional de Avaliação da Alfabetização das Crianças*. https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_da_pesquisa_alfabetiza_brasil.pdf

Joshi, R. M., & Aaron, P. G. (2012). Componential Model of Reading (CMR): validation studies. *Journal of Learning Disabilities*, 45(5), 387-390.

<https://doi.org/10.1177/0022219411431240>

Kappler, S. R., & Mendes, D. M. L. F. (2019). Trocas afetivas de crianças em acolhimento institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, e184527, 1-13.

<https://doi.org/10.1590/1982-3703003184527>

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266

Machado, V. R. (2011). A atual política de acolhimento institucional à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente. *Serviço Social em Revista*, 13(2), 143-169.

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10431>

Marcílio, M. L. (1998). A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX. *Revista USP*, 37, 46-57. [https://doi.org/10.11606/issn.2316-](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i37p46-57)

[9036.v0i37p46-57](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i37p46-57)

Mastroianni, F. C., Sturion, F. R., Batista, F. S., Amaro, K. C., & Ruim, T. B. (2018).

(Des)acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados. *Fractal, Revista de Psicologia*, 30(2), 223-233.

<https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5496>

Meaney, M. J. (2001). Maternal care, gene expression, and the transmission of individual differences in stress reactivity across generations. *Annual Review of*

Neuroscience, 24(1), 1161-1192.

<https://doi.org/10.1146/annurev.neuro.24.1.1161>

Ministério da Saúde. (2010). Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde. Ministério da Saúde.

https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf

Ministério da Saúde. (2012). *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. <https://portal.fiocruz.br/documento/resolucao-no-466-de-12-de-dezembro-de-2012>

Ministério da Saúde. (2016). *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*. Regulamenta pesquisas na área de Ciências Humanas e Sociais.

https://cep.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/reso510_2016_chs.pdf

Miranda, M. C. (2006). Avaliação neuropsicológica quantitativa e qualitativa: ultrapassando os limites da psicometria. In C. B. Mello, M. C. Miranda, & M. Muszkat (Orgs.), *Neuropsicologia do desenvolvimento: conceitos e abordagens* (pp. 127-143). Memnon.

Miranda, M. C., Sinnes, E. G., Zanini, G. A. V., Baumgartner, B., Salles, J. F., Fonseca, R. P., & Bueno, O. F. A. (2018). Neupsilin-Inf em um modelo de avaliação neuropsicológica breve para centros de saúde. *Psico USF*, 23(1), 95-108. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230109>

- Moffitt, T. E., Arseneault, L., Belsky, D., Dickson, N., Hancox, R. J., Harrington, H., Houts, R., Poulton, R., Roberts, B. W., Ross, S., Sears, M. R., Thomson, W. M., & Caspi, A. (2011). A gradient of childhood self-control predicts health, wealth, and public safety. *PNAS*, *108*(7), 2693-2698.
<https://doi.org/10.1073/pnas.1010076108>
- Moreno, G. L., & Sudario, M. V. B. (2022). Criança, escola e acolhimento institucional: a escola como espaço de socialização. *Revista Teias*, *23*(68), 29-41. <https://doi.org/10.12957/teias.2022.60916>
- Nunes, M. M. C. A., & Conceição, M. J. (2020). Transtornos mentais e o acolhimento institucional de adolescentes: desafios e reflexões sobre esta prática. In F. A. Almeida (Org.), *Políticas públicas, educação e diversidade: uma compreensão científica do real* (pp. 1060-1071). Científica digital.
- Oliveira, M. F., Negreiros, J. G. M., & Neves, A. C. (2015). Condicionantes da aprendizagem da matemática: uma revisão sistêmica da literatura. *Educação e Pesquisa*, *41*(4), 1023-1037. <https://doi.org/10.1590/s1517-97022015051533>
- Paiva, I. L., Moreira, T. A. S., & Lima, A. M. (2019). Acolhimento institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização. *Revista Direito e Práxis*, *10*(2), 1405-1429. DOI: 10.1590/2179-8966/2019/40414
- Piccolo, L. R., & Segabinazi, J. D. (2017). Avaliação neuropsicológica infantil das funções visuoestrutivas: por que, o que, como e para que avaliar? In L. Tisser (Org.), *Avaliação neuropsicológica infantil* (pp. 111-133). Sinopsys.

- Pires, A. B. C., & Simão, A. N. P. (2017). Avaliação de crianças com indicação de dificuldades de aprendizagem pelo instrumento NEUPSILIN-Inf. *Revista Psicopedagogia*, 34(104), 148-157.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000200005&lng=pt&tlng=pt
- Ramos, A. A., & Hamdan, A. C. (2016). O crescimento da avaliação neuropsicológica no Brasil: uma revisão sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(2), 471-485. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001792013>
- Salles, J. F., Fonseca, R. P., Parente, M. A. M. P., Cruz-Rodrigues, C., Mello, C. B., Barbosa, T., & Miranda, M. C. (2009). *NEUPSILIN – Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve Infantil: Manual*. Vetor.
- Salles, J. F., & Rodrigues, J. C. (2014). Neuropsicologia da linguagem. In D. Fuentes, L. F. Malloy-Diniz, C. H. P. Camargo, & R. M. Cosenza (Orgs.), *Neuropsicologia: teoria e prática* (pp. 93-101). Artmed.
- Santos, A. S., Cavalcante, L. I. C., Cruz, D. A., Maciel, C. A. B., & Costa, E. F. (2022). Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: ecos da doutrina da situação irregular. *Vértices*, 24(3), 900-918. <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n32022p900-918>
- Santos, F. H., Garcia, R. B., & Piovezana, A. L. R. P. D. (2019). O impacto da memória de trabalho na aprendizagem e no desempenho acadêmico. In N. M. Dias, & T. P. Mecca. (Eds.), *Avaliação neuropsicológica cognitiva: memória de trabalho* (pp. 32-42). Memnon.

- Shonkoff, J. P., & Garner, A. S. (2012). The lifelong effects of early childhood adversity and toxic stress. *Pediatrics*, 129(1), e232-e246.
<https://doi.org/10.1542/peds.2011-2663>
- Silva, E. R. A. (Coord.). (2004). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. IPEA/CONANDA.
- Silva, E. R. A., & Aquino, L. M. C. (2005). Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária. *Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise*, 11, 186-193.
http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ENSAIO3_Enid11.pdf
- Song, P., Zha, M., Yang, Q., Zhang, Y., Li, X., & Rudan, I. (2021). The prevalence of adult attention-deficit hyperactivity disorder: a global systematic review and meta-analysis. *Journal of Global Health*, 11, 04009.
<https://doi.org/10.7189/jogh.11.04009>
- Tabaquim, M. L. M., & Rodrigues, S. (2015). Memória e Aprendizagem. In S. M. Ciasca, S. D. Rodrigues, C. A. S. Azoni, & R. F. Lima (Eds.), *Transtornos de aprendizagem: neurociência e interdisciplinaridade* (pp. 55-65). Booktoy.
- Teicher, M. H., & Samson, J. A. (2016). Annual research review: Enduring neurobiological effects of childhood abuse and neglect. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 57(3), 241-266. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12507>

- Teicher, M. H., Samson, J. A., Anderson, C. M., & Ohashi, K. (2016). The effects of childhood maltreatment on brain structure, function and connectivity. *Nature Reviews Neuroscience*, 17, 652-666. <https://doi.org/10.1038/nrn.2016.111>
- Thapar, A., Cooper, M., & Rutter, M. (2017). Neurodevelopmental disorders. *The Lancet Psychiatry*, 4(4), 339-346. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(16\)30376-5](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(16)30376-5)
- Thielemann, J. F. B., Kasparik, J. K., Unterhitzemberger, J., & Rosner, R. (2022). A systematic review and meta-analysis of trauma-focused cognitive-behavioral therapy for children and adolescents. *Child Abuse & Neglect*, 134, 105899. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36155943/>
- Tinoco, V., & Franco, M. H. P. (2011). O luto em instituições de abrigo de crianças. *Estudos de Psicologia*, 28(4), 427-434. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400003>
- Travers, A., McDonagh, T., Cunningham, T., Armour, C., & Hansen, M. (2021). The effectiveness of interventions to prevent recidivism in perpetrators of intimate partner violence: A systematic review and meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, 84, 101974. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2021.101974>
- Valin, T. A. F., & Rocha, G. V. M. (2020). Intervenções com crianças e adolescentes em acolhimento institucional: uma revisão sistemática. *Psicologia Argumento*, 39(103), 75-97. <https://doi.org/10.7213/psicolargum.39.103.AO04>

Vieira, R. C. M., & Honorato, L. G. F. (2023). A intervenção do assistente social na prevenção da violação de direitos de crianças em situação de vulnerabilidade social. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(11), 4375-4393. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i11.12708>

Zamo, R. S., & Salles, J. F. (2013). Perfil neuropsicológico no Neupsilin-Inf de crianças com dificuldades de leitura. *Psico*, 44(2), 204-214.
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1145>

Apêndices

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP *Campus* Indianópolis
 Comitê de Ética em Pesquisa - UNIP Rua Dr. Bacelar, 1212
 – 4º andar – Vila Clementino CEP: 04026-002 – Fone: (11)
 5586-4090 e-mail: cep@unip.br Horário de funcionamento:
 das 08:00 às 19:00

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENORES DE IDADE

Caro responsável/representante legal: gostaríamos de obter o seu consentimento para o menor _____ participar como voluntário da pesquisa intitulada *Avaliação do risco para transtorno do neurodesenvolvimento em crianças em situação de acolhimento institucional*, que se refere a um projeto de Mestrado Profissional do curso Práticas Institucionais em Saúde Mental, da Universidade Paulista – UNIP.

O objetivo deste estudo é avaliar o risco para transtornos do neurodesenvolvimento em crianças em situação de acolhimento institucional por meio da caracterização de seu perfil neuropsicológico, ou seja, o levantamento dos recursos e dificuldades nas habilidades cognitivas nesse momento de seu desenvolvimento. Os resultados contribuirão para a detecção de dificuldades em habilidades cognitivas que podem sugerir risco para transtornos do neurodesenvolvimento, de modo a auxiliar os profissionais da instituição na compreensão das manifestações comportamentais das crianças e dos adolescentes acolhidos e em encaminhamentos mais individualizados e direcionados, caso haja necessidade.

A forma de participação da criança ou do adolescente se dará por meio de uma avaliação psicológica, realizada em uma única sessão, na qual será aplicada uma bateria neuropsicológica devidamente reconhecida e recomendada para esse fim. Por bateria de provas neuropsicológicas entende-se o agrupamento de tarefas destinadas a avaliar funções cognitivas, como memória, atenção e linguagem, às quais são executadas por meio de ações simples como desenhos, escrita, leitura e repetições de palavras. A aplicação do instrumento será realizada individualmente, no espaço oferecido pela própria instituição, em horário previamente definido, com duração de

60 minutos, em média.

O nome do participante não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, sendo substituído por uma numeração, o que garantirá o anonimato. A divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários.

Nada será cobrado e não haverá gastos decorrentes da participação da criança ou do adolescente. Caso haja algum dano decorrente da pesquisa, o participante será indenizado nos termos da Lei.

Considerando que toda pesquisa oferece algum tipo de risco, nesta pesquisa o risco pode ser avaliado como mínimo, sendo inerente ao processo de resposta à avaliação, como dispêndio de tempo e desconforto por não saber responder a alguma questão. Caso isso ocorra, a criança ou o adolescente será encaminhado para atendimento psicológico na clínica psicológica da Universidade Paulista (UNIP) ou para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de referência.

São esperados os seguintes benefícios da participação: 1) para as crianças/adolescentes, um atendimento mais individualizado e direcionado por parte da instituição e a possibilidade de encaminhamento para o tratamento adequado, caso seja necessário; 2) para a instituição, maior compreensão do desenvolvimento das crianças/adolescentes atendidos para auxiliar em seu manejo no cotidiano institucional.

Gostaríamos de deixar claro que a participação é voluntária e que o participante poderá deixar de participar ou retirar o consentimento, ou, ainda, descontinuar a participação se assim o preferir, sem penalização alguma ou sem prejuízo de qualquer natureza.

Desde já, agradecemos a atenção e a participação e colocamo-nos à disposição para mais informações.

Este termo terá suas páginas rubricadas pelo pesquisador principal e será assinado em duas vias, das quais uma ficará com o participante e a outra com pesquisador principal. Juliana dos Santos Shikanai, RG 32.230.476-3 e CPF 276.958.978-41, residente na rua Lituânia, 870 – Jd. Guadalajara – Sorocaba – SP, CEP 18045-520, telefone (15) 99778-1345.

Eu, _____ (nome do responsável ou representante legal), portador do RG nº _____, confirmo que Juliana dos Santos Shikanai explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como a

forma de participação. As alternativas para participação do menor _____ (nome do participante da pesquisa menor de idade) também foram discutidas. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, concordo em dar meu consentimento para o menor participar como voluntário desta pesquisa.

_____ de _____ de 20 ____.

(Assinatura responsável ou representante legal)

Eu, _____ (nome do membro da equipe que apresentar o TCLE) obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do sujeito da pesquisa ou representante legal para a participação na pesquisa.

(Assinatura do membro da equipe que apresentar o TCLE)

(Identificação e assinatura do pesquisador responsável)

Apêndice B – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)



UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP *Campus* Indianópolis Comitê de Ética em Pesquisa - UNIP Rua Dr. Bacelar, 1212 – 4º andar – Vila Clementino CEP: 04026-002 – Fone: (11) 5586-4090 e-mail: cep@unip.br Horário de funcionamento: das 08:00 às 19:00

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MENOR DE IDADE

Eu _____ (nome da pesquisadora) convido você a participar do estudo *Avaliação do risco para transtorno do neurodesenvolvimento em crianças em situação de acolhimento institucional*. Informo que o responsável legal por você permitiu sua participação.

Pretendemos entender como estão suas habilidades de prestar atenção, memorizar informações, desenhar, solucionar problemas e outras habilidades importantes para você aprender na escola e se relacionar com as pessoas. Gostaríamos muito de contar com você, mas você não é obrigado a participar e não tem problema se desistir.

Outras crianças e/ou adolescentes participantes desta pesquisa têm de 6 anos a 12 anos. A pesquisa será feita na Associação Bethel Casas Lares, onde as crianças e/ou adolescentes participarão de atividades simples, como desenhos, escrita, leitura e repetições de palavras, e eu vou usar materiais para isso, como livros com palavras, com figuras, folhas sulfite e lápis grafite. Tudo será feito em um único encontro comigo (a pesquisadora), individualmente, de, aproximadamente, 1 hora de duração.

Tudo que faremos é muito seguro, mas é possível que você fique um pouco cansado e nem sempre saiba as respostas para algumas atividades, o que não tem nenhum problema se acontecer. A sua participação é importante, pois os profissionais que trabalham com você na instituição poderão lhe conhecer melhor e, desse modo, ajudar ainda mais e, se você precisar de qualquer auxílio, para além do que já recebe, nós poderemos identificar e providenciar.

Você não será identificado pelo nome, ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos qualquer informação sobre você. Os resultados da pesquisa serão publicados (em revistas ou jornais) para que outras pessoas possam saber sobre nosso trabalho, mas, como disse, você não será identificado, ou seja, ninguém saberá que você participou.

Eu _____ (nome da criança)

aceito participar da pesquisa *Avaliação do risco para transtorno do neurodesenvolvimento em crianças em situação de acolhimento institucional*. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva/chateado comigo. Os pesquisadores esclareceram minhas dúvidas e conversaram com os meus pais/responsável legal. Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e quero/concordo em participar da pesquisa/estudo.

_____ de _____ de 20 ____.

(Assinatura responsável ou representante legal)

(Assinatura do pesquisador responsável)

Apêndice C – Intenção de pesquisa



UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
Campus Indianópolis
Comitê de Ética em Pesquisa -

Rua Dr. Bacelar, 1212 – 4º andar – Vila Clementino
CEP: 04026-002 – F. (11) 5586-4090
E-mail: cep@unip.br
Horário de funcionamento das 08:00 às 19:00

INTENÇÃO DE PESQUISA

À / Ao: Associação Bethel Casas Lares

Eu, Juliana dos Santos Shikanai, responsável principal pelo projeto de Mestrado Profissional, tenho a intenção de realizar a pesquisa intitulada AVALIAÇÃO DO RISCO PARA TRANSTORNO DO NEURODESENVOLVIMENTO EM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. A Coleta de dados desse projeto somente poderá ser realizada, após a aprovação do Comitê de Ética em pesquisa da UNIP.

Ribeirão Preto, 24 de outubro de 2022.


Assinatura do (a) pesquisador principal


Nome por extenso do (a) responsável da Instituição Coparticipante


Assinatura e carimbo do (a) responsável da Instituição Coparticipante



Apêndice D – Termo de Autorização para Pesquisa em Prontuário



UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
Campus Indianópolis
Comitê de Ética em Pesquisa - UNIP

Rua Dr. Bacelar, 1212 – 4º andar – Vila Clementino
CEP: 04026-002 – F. (11) 5586-4090
e-mail: cep@unip.br
Horário de atendimento das 08:00 às 19:00

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM PRONTUÁRIO

Exmo(a) Sr(a) Coordenador(a) do Serviço de Prontuário do Paciente do(a)
Associação Bethel Casas Lares: Daiane Oliva Kozaka - Psicologa

Eu, Juliana dos Santos Shikanai, responsável principal pelo projeto de Mestrado Profissional, o qual pertence ao curso de Práticas Institucionais em Saúde Mental da Universidade Paulista – UNIP, venho requerer autorização para realizar coleta dos dados, por meio de prontuários de pacientes submetidos à avaliação neuropsicológica, no período de março a outubro de 2023. Estes dados subsidiarão o trabalho intitulado AVALIAÇÃO DO RISCO PARA TRANSTORNO DO NEURODESENVOLVIMENTO EM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, que tem como objetivo avaliar o risco para Transtorno do Neurodesenvolvimento, por meio da caracterização do perfil neuropsicológico, de crianças em situação de acolhimento institucional.

Ribeirão Preto, 07 de novembro de 2022.

Assinatura do(a) responsável principal

Anexos

Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AVALIAÇÃO DO RISCO PARA TRANSTORNO DO NEURODESENVOLVIMENTO EM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Pesquisador: JULIANA SHIKANAI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 65367722.6.0000.5512

Instituição Proponente: ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.821.382

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos “Apresentação do projeto”, “Objetivo da pesquisa” e “Avaliação dos riscos e benefícios” foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2046801 de 17/11/2022) e/ou do Projeto Detalhado (2046801 de 17/11/2022).

Resumo:

Considerando o caráter disruptivo da violência na infância e sua inegável repercussão no processo de desenvolvimento físico e psíquico do sujeito acometido, com impacto ao longo de sua vida; o presente estudo parte da hipótese de que crianças e adolescentes em situação de violência apresentam prejuízo em seu desenvolvimento cognitivo. Os transtornos do neurodesenvolvimento formam um grupo heterogêneo de condições que se manifestam por atraso ou desvio nas aquisições dos marcos esperados do desenvolvimento e alterações comportamentais. Manifestam-se cedo no desenvolvimento da criança, em geral no período pré-escolar e são caracterizados por déficits no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional. A análise do funcionamento cognitivo e emocional, e o nível de adaptação ao ambiente

Endereço: Rua Dr. Bacelar, 1212 4º andar
Bairro: Vila Clementino **CEP:** 04.026-002
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)5586-4086 **E-mail:** cep@unip.br



Continuação do Parecer: 5.821.382

social e escolar, são fundamentais para a compreensão das manifestações de tais transtornos e direcionar o tratamento mais adequado. Nesse sentido, a avaliação neuropsicológica contribui com esta tarefa. Este estudo tem como objetivo avaliar o risco para Transtorno do Neurodesenvolvimento, por meio da caracterização do perfil neuropsicológico de crianças em situação de acolhimento institucional. Trata-se de um estudo descritivo, transversal e com coleta de dados. A amostra, selecionada por conveniência, será composta por, todas as crianças, entre 6 e 12 anos, atendidas pela instituição Associação Bethel Casas Lares, no período de abril de 2023 a outubro de 2023, que passarão por avaliação neuropsicológica. A seleção da amostra é por conveniência, pois as crianças e adolescentes são aquelas que já estão em acolhimento institucional. Métodos de estatística descritiva serão utilizados para a descrição e organização dos dados obtidos. Possíveis métodos inferenciais poderão ser utilizados após observação da composição da amostra final. Com o presente estudo espera-se levantar o perfil de habilidades neuropsicológicas dos participantes, caracterizando seus recursos cognitivos e dificuldades; de modo a identificar fatores de risco para o diagnóstico de transtornos do neurodesenvolvimento, com vistas à busca de um tratamento adequado.

Hipótese:

Parte-se da hipótese de que crianças e adolescentes em situação de violência apresentam prejuízo em seu desenvolvimento cognitivo. Em outras palavras, que o histórico de violação de direitos e institucionalização incorre em consequências neurobiológicas, inclusive o aumento da vulnerabilidade para transtornos do neurodesenvolvimento.

Metodologia Proposta:

Trata-se de um estudo descritivo, transversal e com coleta de dados. A amostra, selecionada por conveniência, será composta por, todas as crianças, entre 6 e 12 anos, atendidas pela instituição Associação Bethel Casas Lares, no período de abril de 2023 a outubro de 2023, que passarão por avaliação neuropsicológica. A seleção da amostra é por conveniência, pois as crianças e adolescentes são aquelas que já estão em acolhimento institucional. Enquanto um serviço de

Endereço: Rua Dr. Bacelar, 1212 4º andar	CEP: 04.026-002
Bairro: Vila Clementino	
UF: SP	Município: SAO PAULO
Telefone: (11)5586-4086	E-mail: cep@unip.br



Continuação do Parecer: 5.821.382

Proteção Social Especial, a Bethel Casas Lares oferece acolhimento institucional provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, em situação de medida de proteção e em situação de risco pessoal, social e de abandono, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção; no município de Sorocaba. As avaliações neuropsicológicas serão realizadas em local previamente definido na instituição Associação Bethel Casas Lares, em sala adequada em termos de mobiliário e estrutura. Materiais e procedimentos de coleta de dados Após anuência do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Paulista – UNIP será iniciada a coleta de dados. Apenas as pesquisadoras terão acesso aos dados brutos dos usuários avaliados, assim como suas identificações serão substituídas por número, no momento da tabulação dos dados. A instituição Associação Bethel Casas Lares já conhece a proposta de pesquisa e o responsável pela instituição já assinou a Carta de Intenção. Após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da UNIP a pesquisadora fará contato com a instituição para iniciar a coleta. A coleta de dados dar-se-á em duas etapas: (1) análise dos prontuários das crianças/adolescentes da instituição: para a seleção dos participantes, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão; bem como para a coleta de informações de caracterização, aspectos da história familiar e histórico de violação de direitos (tipo de violência sofrida; motivo e tempo de acolhimento; número de irmãos acolhidos e/ou não acolhidos; família nuclear ou reconstituída); (2) processo de avaliação neuropsicológica: ocorrerá em uma única sessão com a criança, de, no máximo, uma hora; será solicitado para o professor da criança/adolescente que responda um instrumento psicométrico. Para o caso de mais de um professor, o instrumento pode ser respondido por mais de um professor em conjunto. Os instrumentos que farão parte da avaliação, de modo a caracterizar o perfil neuropsicológico dos participantes do estudo estão listados a seguir: - Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve Infantil – NEUPSILIN-INF (SALLES, FONSECA, PARENTE, CRUZ - RODRIGUES, MELLO, BARBOSA, MIRANDA, 2016), que avalia componentes de 8 funções neuropsicológicas, por meio de 26 subtestes. As

Endereço: Rua Dr. Bacelar, 1212 4º andar	CEP: 04.026-002
Bairro: Vila Clementino	
UF: SP	Município: SAO PAULO
Telefone: (11)5586-4086	E-mail: cep@unip.br



Continuação do Parecer: 5.821.382

funções avaliadas são as seguintes: orientação; atenção; percepção visual; memórias de trabalho, episódica, semântica; habilidades aritméticas; linguagem oral e escrita; habilidades visuoespaciais e funções executivas. - Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica - SSRS (DEL PRETTE et al., 2016). Consiste em um questionário, com escala likert, autoaplicável, que permite avaliar o repertório de habilidades sociais e indicadores de problemas de comportamento.

Critério de Inclusão:

Os critérios de inclusão preliminarmente estabelecidos são:

- Ser usuário da instituição Associação Bethel Casas Lares, no período de abril de 2023 a outubro de 2023;
- Possuir idade entre 6 e 12 anos.

Critério de Exclusão:

Como critérios de exclusão foram estabelecidos:

- Usuários da instituição fora da idade estabelecida;
- Presença de algum grau de deficiência sensorial (auditiva e/ou visual), que inviabilize a avaliação.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Avaliar o risco para Transtorno do Neurodesenvolvimento, por meio da caracterização do perfil neuropsicológico de crianças em situação de acolhimento institucional.

Objetivo Secundário:

Descrever o perfil neuropsicológico das crianças em situação de acolhimento institucional; Levantar os sinais de risco para o desenvolvimento ou diagnóstico de Transtornos do Neurodesenvolvimento; Identificar as principais habilidades comprometidas, de modo a direcionar de modo eficiente tratamentos e programas de reabilitação; Identificar o comprometimento em habilidades sociais e comportamento, de modo a direcionar intervenções e programas de reabilitação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Endereço: Rua Dr. Bacelar, 1212 4º andar	CEP: 04.026-002
Bairro: Vila Clementino	
UF: SP	Município: SAO PAULO
Telefone: (11)5586-4086	E-mail: cep@unip.br



Continuação do Parecer: 5.821.382

O risco previsto aos participantes é avaliado como mínimo e está relacionado ao processo de avaliação, em termos de seu dispêndio de tempo e eventual desconforto diante de questões para as quais não sabe a resposta. Caso isso ocorra a criança/adolescente será encaminhado para atendimento psicológico na clínica psicológica da Universidade Paulista UNIP ou para o CAPS de referência. Em qualquer momento do processo de coleta de dados a criança/adolescente pode deixar de participar da pesquisa, se assim o desejar, sem penalização alguma ou prejuízo de qualquer natureza.

Benefícios:

Os benefícios esperados para os participantes do estudo será um atendimento individualizado e direcionado por parte da instituição, uma vez que seu perfil de habilidades cognitivas será compreendido; além da possibilidade de encaminhamento para tratamentos adequados, caso seja necessário e, principalmente de maneira mais precoce, visando a prevenção e promoção de saúde mental. Para a instituição os benefícios estão relacionados a uma maior compreensão do desenvolvimento das crianças/adolescentes atendidos, de modo a auxiliar em seu manejo no cotidiano institucional. Além disso, para a população geral, os resultados deste estudo fornecerão subsídios para a compreensão dos fatores de risco para transtornos do neurodesenvolvimento em crianças em situação de acolhimento institucional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Estudo nacional, mestrado. 25 participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam

Endereço: Rua Dr. Bacelar, 1212 4º andar	CEP: 04.026-002
Bairro: Vila Clementino	
UF: SP	Município: SAO PAULO
Telefone: (11)5586-4086	E-mail: cep@unip.br



Continuação do Parecer: 5.821.382

devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI.2.d

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2046801.pdf	17/11/2022 12:19:20		Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	17/11/2022 12:18:14	JULIANA SHIKANAI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_Juliana_dos_Santos_Shikanai.docx	10/11/2022 10:36:26	JULIANA SHIKANAI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	frm_termo_de_assentimento_menores.docx	10/11/2022 10:34:22	JULIANA SHIKANAI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	frm_termo_de_consentimento_menores.doc	10/11/2022 10:34:05	JULIANA SHIKANAI	Aceito
Outros	autorizacao_pesquisa_de_prontuario.pdf	10/11/2022 10:33:35	JULIANA SHIKANAI	Aceito
Orçamento	orcamento_de_projeto.pdf	10/11/2022 10:30:42	JULIANA SHIKANAI	Aceito
Outros	intencao_de_pesquisa.pdf	10/11/2022 10:30:27	JULIANA SHIKANAI	Aceito
Outros	compromisso_do_pesquisador.pdf	10/11/2022 10:29:01	JULIANA SHIKANAI	Aceito
Declaração de Pesquisadores	ao_cep.pdf	10/11/2022 10:27:11	JULIANA SHIKANAI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Dr. Bacelar, 1212 4º andar
Bairro: Vila Clementino **CEP:** 04.026-002
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)5586-4086 **E-mail:** cep@unip.br



Continuação do Parecer: 5.821.382

SAO PAULO, 16 de Dezembro de 2022

Assinado por:
Bettina Gerken Brasil
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Dr. Bacelar, 1212 4º andar
Bairro: Vila Clementino **CEP:** 04.026-002
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)5586-4086 **E-mail:** cep@unip.br